



# Diário da Justiça

REPÚBLICA  
FEDERATIVA  
DO BRASIL

ANO LXV — Nº 76

SEXTA-FEIRA, 20 DE ABRIL DE 1990

BRASÍLIA — DF

## Sumário

	PÁGINA
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.....	3045
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL.....	3064
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	3072
TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO.....	3090
SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR.....	3146
MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO.....	3147
EDITAIS E AVISOS.....	3163

## Supremo Tribunal Federal

### Presidência

#### DISTRIBUIÇÃO

TRIGÉSIMA SEXTA AUDIÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 18 DE ABRIL DE 1990  
(Regimento Interno, art. 66)

Presidência do Exmo. Sr. Ministro Néri da Silveira. Secretário, Alberto Veronese Aguiar, Diretor do Departamento Judiciário. Por teiro, o Sr. Manoel Barbosa da Costa, Auxiliar Especializado.

Foi distribuído o seguinte processo:

MS 21.095-8 - DF

Relator Ministro Aldir Passarinho

Impte.: Heraldo Cleto de Castro (Adv.: Jocelino de Souza Ribeiro Júnior e outro) Autoridade coatora: Presidente do Superior Tribunal de Justiça

Min. Aldir Passarinho 01

TOTAL 01

Brasília, 18 de abril de 1990.

ALBERTO VERONESE AGUIAR  
Diretor do Departamento Judiciário

### Plenário

#### Pauta de Julgamentos

PAUTA Nº 14 - Elaborada nos termos do art. 83, do Regimento Interno, para julgamento, a partir da próxima sessão, contendo os seguintes processos:

Extr 494-8 - República Italiana

Rel.: Min. Paulo Brossard. Repte.: Governo da Itália. Extraditando: Pietro Busso (Adv.: Lucio Jaimes Acosta e outro).

Extr 505-7 - República Argentina

Rel.: Min. Aldir Passarinho. Repte.: Governo da Argentina. Extraditando: Raquel Yvonne Sandoval Rojas. Defensora Dativa: Maria Cristina Campos Frões.

Extr 509-0 - Reino da Espanha

Rel.: Min. Celso de Mello. Repte.: Governo da Espanha. Extraditando: Dionísio Rodríguez Martín (Adv.: Antonio Brasil Andrade).

RMS 21.003-6 - DF

Rel.: Min. Célio Borja. Recte.: Mineração Floral Ltda. (Adv.: Alcino Guedes da Silva e outros). Recdas.: União Federal e Mineração Sulbrasileira Ltda. (Adv.: Cláudio Lacombe).

RMS 21.052-4 - DF

Rel.: Min. Moreira Alves. Recte.: Heitor Masson Cirne Lima (Adv.: Antônio Pinheiro Machado Netto e outros). Recda.: União Federal.

RE 117.708-0 - DF

Rel.: Min. Moreira Alves. Rectes.: Américo Garcia e outros (Adv.: Clésio Ferreira Mateus e outro). Recdos.: Ministro de Estado das Comunicações e outro.

RE 121.487-2 - CE

Rel.: Min. Sepúlveda Pertence. Recte.: União Federal. Recdos.: Elisa Girão Silva e outro (Adv.: Luiz Souto Teixeira).

RE 121.533-0 - MG

Rel.: Min. Sepúlveda Pertence. Recte.: Edgard Alves de Oliveira (Adv.: Waldyr Soares e outros). Recdo.: Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais.

Brasília, 19 de abril de 1990.

HÉRCULUS BONIFÁCIO FERREIRA  
Secretário

### Primeira Turma

#### SESSÃO ORDINÁRIA

ATA DA 9a. (NONA) SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 1990

Presidência do Senhor Ministro Moreira Alves. Presentes à sessão os Senhores Ministros Sydney Sanches, Octavio Gallotti, Sepúlveda Pertence e Celso de Mello.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Moacir Antonio Machado da Silva.

Secretário, Antonio Carlos de Azevedo Braga.

Abriu-se a sessão às treze horas e trinta minutos sendo lida e aprovada a ata da sessão anterior.

#### Julgamentos

HC 67.831-9 - RJ

Rel.: Ministro Sydney Sanches. Pte.: Almir Lemos. Impte.: O mesmo. Coator.: Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Decisão: Conheceu-se em parte do pedido e nesta parte foi ele prejudicado, nos termos do voto do Ministro Relator. Unânime. 1a. Turma, 17-04-90.

HC 67.890-4 - MG

Rel.: Ministro Sydney Sanches. Pte.: Álvaro Lopes Cançado Júnior. Impte.: José Cupertino Gonçalves. Coator.: Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais.

Decisão: Indeferiu-se o pedido de "habeas-corpus", nos termos do voto do Ministro Relator. Unânime. 1a. Turma, 17-04-90.

HC 67.895-5 - SP

Rel.: Ministro Moreira Alves. Pte. e Impte.: Silvio Roberto Rodrigues. Coator.: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Decisão: Indeferiu-se o pedido de "habeas-corpus". Unânime. 1a. Turma, 17-04-90.



HC 67.904-8 - SP

Rel.: Ministro Moreira Alves. Pte.: José Nilmo Correia. Imptes.: Nelson da Costa Mazzutti e outra. Coator.: Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo.

Decisão: Indeferiu-se o pedido de "habeas-corpus". Unânime. 1a. Turma, 17-04-90.

HC 67.907-2 - SC

Rel.: Ministro Octavio Gallotti. Pte.: Odelir Pereira (Imptes.: Joaquim Wolff e outro). Coator.: Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

Decisão: Conheceu-se em parte do pedido e nesta parte foi ele prejudicado, nos termos do voto do Ministro Relator. Unânime. 1a. Turma, 17-04-90.

HC 67.917-0 - RJ

Rel.: Ministro Sepúlveda Pertence. Ptes.: Helvécio do Amaral Borges e outro. Impte.: Álvaro Esteves Costa Filho. Coator.: Superior Tribunal Militar.

Decisão: Deferiu-se o pedido de "habeas-corpus", nos termos do voto do Ministro Relator. Vencido o Ministro Presidente. 1a. Turma, 17-04-90.

HC 67.927-7 - RJ

Rel.: Ministro Octavio Gallotti. Pte.: Márcio Luiz Barata (Impte.: Humberto Peña de Moraes). Coator.: Tribunal de Alçada Criminal do Estado do Rio de Janeiro.

Decisão: Deferiu-se o pedido de "habeas-corpus" nos termos do voto do Ministro Relator. Unânime. 1a. Turma, 17-04-90.

HC 67.929-3 - SP

Rel.: Ministro Sepúlveda Pertence. Pte.: Rogério Pereira da Silva. Impte.: Nelson da Costa Mazzutti. Coator.: Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo.

Decisão: Indeferiu-se o pedido de "habeas-corpus". Unânime. 1a. Turma, 17-04-90.

HC 67.933-1 - PR

Rel.: Ministro Moreira Alves. Pte.: Antonio Carlos Mariano Machado. Impte.: Edenan Martinez Bastos. Coator.: Relator do Recurso em Sentido Estrito nº 177/88, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Decisão: Não se conheceu do pedido nos termos do voto do Ministro Relator e determinou-se a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça. Unânime. 1a. Turma, 17-04-90.

HC 67.935-8 - SP

Rel.: Ministro Octavio Gallotti. Pte.: Antonio Fava Júnior (Impte.: Walther Beltrami Filho). Coator.: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Decisão: Julgou-se prejudicado o pedido de "habeas-corpus". Unânime. 1a. Turma, 17-04-90.

HC 67.961-7 - MG

Rel.: Ministro Sydney Sanches. Pte.: Álvaro Lopes Cançado Júnior. Imptes.: Marcello Jardim Linhares e outro. Coator.: Tribunal de Alçada do Estado de Minas Gerais.

Decisão: Conheceu-se em parte do pedido de "habeas-corpus", e nesta parte foi ele indeferido nos termos do voto do Ministro Relator. Unânime. 1a. Turma, 17-04-90.

HC 67.983-8 - SP

Rel.: Ministro Octavio Gallotti. Pte.: Cláudio Machado da Silva (Impte.: o mesmo). Coator.: Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Decisão: Conheceu-se do pedido de "habeas-corpus", mas o indeferiram nos termos do voto do Ministro Relator. Unânime. 1a. Turma, 17-04-90.

RHC 67.987-8 - SP

Rel.: Ministro Octavio Gallotti. Recte.: Aristeu Martins dos Santos. Recdo.: Superior Tribunal de Justiça.

Decisão: O Relator não conheceu do recurso por intempestivo, concedeu de ofício o "habeas-corpus", para anular a decisão do Superior Tribunal de Justiça, e julgando o pedido originário o indeferiu. Unânime. 1a. Turma, 17-04-90.

RHC 67.988-9 - DF

Rel.: Ministro Sepúlveda Pertence. Recte.: Oswaldo Cruz Marques (Adv.: Névio Campos Salgado). Recdo.: Superior Tribunal de Justiça.

Decisão: Não se conheceu do recurso de "habeas-corpus", nos termos do voto do Ministro Relator. Unânime. 1a. Turma, 17-04-90.

HC 68.004-6 - PE

Rel.: Ministra Moreira Alves. Pte.: José Edmilson Gomes do Rego. Impte.: Omar Cruz e Silva. Coator.: Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco.

Decisão: Deferiu-se em parte o pedido de "habeas-corpus", nos termos do voto do Ministro Relator. Unânime. 1a. Turma, 17-04-90.

HC 68.017-8 - SP

Rel.: Ministro Sepúlveda Pertence. Pte.: Marco Antônio Ligabão. Impte.: Marfilha Teixeira Soares Ligabão. Coator.: Tribunal de Alçada Criminal do Estado de São Paulo.

Decisão: Indeferiu-se a ordem nos termos do voto do Ministro Relator. Unânime. 1a. Turma, 17-04-90.

RE 121.124-5 - RJ

Rel.: Ministro Octavio Gallotti. Recte.: Ministério Público Estadual. Recdo.: Francisco Garcia Riveiro (Adv.: Nilo Batista e outro).

Decisão: Não se conheceu do recurso. Unânime. Ausente ocasionalmente o Ministro Sydney Sanches. 1a. Turma, 17-04-90.

Ag 132.897-5 (AgRq) - SP

Rel.: Ministro Sepúlveda Pertence. Agte.: Wong Si Tak (Adv.: Wesley Wagner de Printes). Agdo.: Ministério Público do Estado de São Paulo.

Decisão: Negou-se provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Ministro Relator. Unânime. Ausentes ocasionalmente os Senhores Ministros Sydney Sanches e Octavio Gallotti.

Ag 133.323-5 (AgRq) - SP

Rel.: Ministro Moreira Alves. Agte.: Banco do Brasil S.A. (Adv.: Leopoldo Miguel Baptista de Sant'Anna e Cleber José da Silva). Agdos.: Donato Malpighi e outros (Adv.: Antonio Lopes de Noleto).

Decisão: Negou-se provimento ao agravo regimental. Unânime. 1a. Turma, 17-04-90.

Ag 133.816-4 (AgRq) - DF

Rel.: Ministro Sepúlveda Pertence. Agte.: Distrito Federal (Adv.: José Carlos Alves dos Santos). Agdo.: Jeferson Lino de Oliveira (Adv.: Benigno Tiveron).

Decisão: Negou-se provimento ao agravo Regimental. Unânime. Ausentes ocasionalmente os Senhores Ministros Sydney Sanches e Octavio Gallotti. 1a. Turma, 17-04-90.

Brasília, 17 de abril de 1990.

ANTONIO CARLOS DE AZEVEDO BRAGA  
Secretário

## MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

## Imprensa Nacional

SIG - Quadra 6, Lote 800 - 70604 - Brasília/DF  
Telefones: (PABX (061) 321-5566) Telex: (061) 1356 DIMN BR  
CGC/MF nº 00394494/0016-12

CEZAR BADO  
Diretor-Geral

MARIA LUZIA DE MELO  
Diretora de Publicações de Órgãos Oficiais

## DIÁRIO DA JUSTIÇA - Seção I

Órgão destinado à publicação dos atos do Poder Judiciário

## Jornalistas Responsáveis:

José Edmar Gomes  
Miguel Felix dos Anjos

Isabel Cristina Orrú de Azevedo  
Jorge Luiz Alencar Guerra

Publicações: os originais devem ser entregues na Seção de Recebimento de Matérias (térreo). Matérias entregues até às 13 horas serão divulgadas na edição do dia imediato. Reclamações deverão ser feitas por escrito à Diretoria de Publicações de Órgãos Oficiais até o quinto dia útil após sua publicação.

Assinaturas: as assinaturas valem a partir de sua efetivação e não incluem os suplementos, que podem ser adquiridos separadamente.

## Diário Oficial

## Diário da Justiça

Preços	Seção I	Seção II	Seção I	Seção II
Assinatura trimestral .....	Cr\$ 1.547,00	Cr\$ 405,00	Cr\$ 1.517,00	Cr\$ 1.247,00
Portes:				
Brasil (superfície) .....	Cr\$ 534,60	Cr\$ 267,96	Cr\$ 977,46	Cr\$ 534,60
Brasil (aéreo) .....	Cr\$ 2.138,40	Cr\$ 1.072,50	Cr\$ 3.910,50	Cr\$ 2.138,40

Informações: Seção de Divulgação da Imprensa Nacional (DICOM/SEDIV)  
Telefone: (061) 321-5566 - R. 309/305 ou (061) 226-2586  
Horário: 8:00 às 12:30h e 13:30 às 17:00h.

## Segunda Turma

## SESSÃO ORDINÁRIA

ATA DA 9a. (NONA) SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 17 DE ABRIL DE 1990

Presidência do Senhor Ministro Aldir Passarinho.

Presentes à sessão os senhores Ministros Célio Borja e Paulo Brossard.



TST- PP-1336/90.2

Interessado: JUIZ JAIR PEREIRA DOS SANTOS

Assunto : REVISÃO DA MÉDIA DE PERMANÊNCIA DE PROCESSOS PARA ESTUDOS  
: APURADA QUANDO DA REALIZAÇÃO DA CORREIÇÃO PERIÓDICA ORDINÁRIA.

## D E S P A C H O

1. Republique-se a Ata.
2. Dê-se conhecimento ao Interessado, apontando o erro material
3. Publique-se.

Brasília, 13 de abril de 1990.

MINISTRO MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO  
Corregedor-Geral

## PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS

TST-PP-3744/90.5

Requerente: SOLABRA - SOCIEDADE LAPIDADORA BRASILEIRA LTDA.

Advogado : Dr. Antonio Soares de Souza

Assunto : PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS LIGADO A CELERIDADE DO JULGAMENTO DO PROCESSO TST-AI-1595/89.

## D E S P A C H O

1. Comunique-se à Requerente a tramitação noticiada à folha 15. Verifica-se a ausência de retardamento.
2. Quanto à matéria de fundo alusiva à demanda ajuizada, informa a Requerente a interposição de recurso, o que afasta a atividade concomitante desta Corregedoria. Sobre a matéria melhor dirá a Turma do Tribunal Superior do Trabalho competente para o julgamento do recurso interposto.
3. Publique-se. Após, archive-se.

Brasília, 07 de abril de 1990.

MINISTRO MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO  
Corregedor-Geral

TST-MA-4084/90.6

Interessados: LUIZ T. F. AZEVEDO - Presidente do SINDGENEROS de Rio Grande-RS; PEDRO A. VALÉRIO - Presidente do SINDILOJAS de Rio Grande-RS; RAMÃO A. R. PENNA - Presidente do SINCOMÉRCIO de Rio Grande-RS; IRIO R. PADILHA - SOC. VAREJISTA de Rio Grande-RS e VLADIMIR R. RIZZA - ASSOC. FARMÁCIAS de Rio Grande-RS.

Assunto : INSCRIÇÃO, NA SISTEMÁTICA PROCESSUAL TRABALHISTA, DA ATUAÇÃO EM SEPARADO DO JUIZ CLASSISTA (VOGAL) NAS AUDIÊNCIAS INAUGURAIS E DE HOMOLOGAÇÃO DE ACORDOS.

## D E S P A C H O

1. Remeta-se cópia do telex aos Presidentes dos Regionais solicitando manifestação.
2. Junte-se estudo a respeito encaminhado pela ANAMATRA à VICE-PRESIDÊNCIA.
3. Após, voltem-me os autos. Publique-se.

Brasília, 08 de abril de 1990.

MINISTRO MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO  
Corregedor-Geral

## RECLAMAÇÃO CORREICIONAL

TST-RC-4199/90.4

Requerente: JAV TAVARES BASTOS GAMA (JUIZ PRESIDENTE DA JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BAURU-SP)

Requerido : TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA DÉCIMA-QUINTA REGIÃO

## D E S P A C H O

1. O inconformismo do Reclamante circunscreve-se ao campo administrativo. A atuação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho faz-se no âmbito jurisdicional - artigo 709 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Frise-se, por oportuno, que esta Corte acaba de editar enunciado - o de número 302 - no sentido do não cabimento de recurso para si em processo administrativo. A jurisprudência sumulada resultou da independência administrativa que a Constituição Federal assegura aos Tribunais.

2. Dessarte, indefiro a inicial e, chamando à ordem processo formado por força de requerimento do Magistrado ora Reclamante, versando também matéria de índole administrativa, folha 03 - determino a a pensação a este. Reconsidero o despacho nele proferido, indeferindo, já agora, a inicial.
3. De-se conhecimento do teor do presente ao ilustre Magistrado interessado.
4. Publique-se.

Brasília, 07 de abril de 1990.

MINISTRO MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO  
Corregedor-Geral

## RECLAMAÇÃO CORREICIONAL

TST-RC-3296/90.0

Requerente: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

Advogado : Dr. José Franco Corrêa

Requerido : EXMº SENHOR JUIZ PAULO VIEIRA DUQUE

## D E S P A C H O

1. Junte-se as presentes informações.
2. Venham-me os autos.
3. Publique-se.

Brasília, 07 de abril de 1990

MINISTRO MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO  
Corregedor-Geral

TST - MA-4649/90.1

Interessado: TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO  
Assunto : PROJETO DE LEI VISANDO A CRIAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS NO QUADRO PERMANENTE DA SECRETARIA DO TRIBUNAL, ALÉM DE PROVIDÊNCIAS GERAIS.

## D E S P A C H O

1. Autue-se.
2. Venham-me os autos.
3. Publique-se.

Brasília, 07 de abril de 1990.

MINISTRO MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO  
Corregedor-Geral

## RECLAMAÇÃO CORREICIONAL

TST-RC-53/89.0

Requerentes: ANTONIO HELENO SUASSUNA FEITOSA E OUTROS

Advogado : Dr. Adalberto Turini

Requerido : EXMº SR. JUIZ PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA SEGUNDA REGIÃO

## Vistos, etc.

1. A presente reclamação correicional foi encaminhada pelo ilustre JUIZ PRESIDENTE DO SEGUNDO REGIONAL, Dr. HELDER ALMEIDA DE CARVALHO. Examinando a inicial conclui pela necessidade de emenda e, também, juntada de documento indispensável à apresentação respectiva - instrumento de mandato (folha 7). Aos autos veio a peça de folhas 10/15 saindo a irregularidade notada. Os Requerentes apontam, em síntese, que se verificou subversão da ordem processual quando a FAZENDA PÚBLICA, sem audição das partes interessadas, foi admitida nos autos de demanda trabalhista. A tal fato e, também, a negativa de chamamento à lide da CONESP, se seguiu pedido de reconsideração (folhas 60 a 62), que, indeferido (folha 63) motivou a interposição de agravo regimental (folhas 63/68). Este último foi indeferido de plano pelo ilustre JUIZ PRESIDENTE DO REGIONAL (folha 69). Daí a presente reclamação correicional. Os Requerentes pleiteiam seja determinada "a regularização do feito, voltando-se ao status quo"; anulando-se os demais atos processuais feitos à revelia dos Reclamantes, para que não sejam burlados os princípios elementares do nosso Direito, da ampla defesa e do contraditório. E, ainda, que seja determinado que o nome da Reclamada CONESP seja integrado até final decisão sobre a sucessão trabalhista, fato inovador da lide" - (folha 15). Pleiteiam, ainda, a apreciação do agravo regimental, "a fim de que o Pleno do EGRÉGIO TRIBUNAL DA SEGUNDA REGIÃO aprecie o pedido de integração à lide da sucessora legal" - folha 15.

2. De início, consigne-se que os pedidos formulados em torno da integração, em si, à lide de determinada empresa e do afastamento da FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO não são passíveis de apreciação me diante a presente reclamação correicional. É que, no caso, consubstanciavam o próprio objeto do agravo regimental interposto e que, até aqui, não foi apreciado pelo órgão competente. Assim, cabe examinar o inconformismo dos Requerentes, tão-só quanto ao indeferimento de plano do agravo regimental. Iniludivelmente este último objetivou submeter ao exame do Tribunal o indeferimento do que pleiteado ao ilustre Presidente da Corte e, portanto, o acerto ou desacerto do que despachado - folha 63. No caso, a pretensão dos Requerentes encontra apoio no artigo 161 do Regimento Interno do Segundo Regional no que prevê:

"Artigo 161 - Das decisões interlocutórias ou despachos do Presidente do Tribunal, do Vice-Presidente, do Corregedor ou do Vice-Corregedor, dos Presidentes de Turmas ou dos relatores que possam causar gravame às partes, caberá agravo regimental para o Pleno ou para a Turma, conforme o caso, no prazo de 05 (cinco) dias."

Procede, assim, o pedido formulado na presente reclamação correicional, porquanto o indeferimento de plano do agravo regimental pelo Juiz Presidente implicou subversão da boa ordem processual. Julgo procedente, em parte, a presente reclamação correicional e, assim, determino o processamento do agravo regimental interposto, para que o órgão competente do Tribunal aprecie o merecimento do despacho indeferitório de folhas 63.

3. Publique-se.

Brasília, 30 de março de 1990.

MINISTRO MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO  
Corregedor-Geral

## RECLAMAÇÃO CORREICIONAL

TST-AG-RC-20/89.9

Agravante: SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDIMETAL

Advogados: Drs. Joaquim Ferreira Silva Filho e Danilo A. Abreu de Carvalho

Agravados: EXMºs SENHORES JUIZES LUIZ CARLOS DE BRITO E CARLOS AUGUSTO D'ALBUQUERQUE

## Vistos, etc...

1. Na inicial de folhas 2/9 tem-se a notícia de que o ilustre JUIZ CARLOS AUGUSTO TENÓRIO D'ALBUQUERQUE, bem como o JUIZ PRESIDENTE DO SEGUNDO GRUPO DE TURMAS DO PRIMEIRO REGIONAL, subverteram a boa ordem processual. Mandado de segurança impetrado pela Requerente teria sido objeto de redistribuição ao arripio das normas pertinentes. Acresce, mais, segundo o sustentado, que o JUIZ CARLOS AUGUSTO TENÓRIO D'ALBUQUERQUE acabou por exercer duplo juízo de retratação, não só cassando a liminar concedida pelo Juiz a quem caberia o relato do mandato se não fosse licença especial como, também, indeferiu liminarmente o mandato de segurança, quando o processamento já havia ocorrido. O Juiz relator original não teria reconsiderado o despacho pertinente à liminar, fato que deveria ter sido levado em conta pelo novo relator. Mas este procedeu retornando à fase ultrapassada e, indo além, indeferiu liminarmente o próprio mandato de segurança. Assim, o relator do agravo regimental acabou por substituir o órgão competente para o julgamento respectivo, sendo certo, ainda, que, na forma regimental, sequer teria voto na apreciação pelo Grupo de Turmas. Pleiteou a Requerente a concessão de liminar na presente correicional, o que acabou deferido, e jul-



gamento final para determinar-se a redistribuição regular do mandado de segurança e o processamento deste até julgamento do mérito.

Com a inicial vieram os documentos de folhas 10 a 67. As folhas 69/70 está a decisão concessiva da liminar na presente medida, seguindo-se as comunicações de praxe. O SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDIMENTAL interpôs o agravo regimental de folhas 80 a 83, colacionando documentos que entendeu pertinentes. A folha 119 despatchei, determinando a autuação e apresentação em mesa do processo para julgamento do agravo regimental pela Seção Especializada em Dissídios Individuais. Aos autos veio a peça de folhas 120/121 que motivou despacho ressaltando a urgência no julgamento do agravo. Novos documentos foram anexados pelo Sindicato agravante, consubstanciando peças do próprio mandado de segurança. A Seção Especializada em Dissídios Individuais houve por bem negar provimento ao agravo, ficando consignada a impossibilidade de se afastar liminar concedida em reclamação correicional quando se mostra indispensável ao preparo de campo propício à eficácia de uma sempre possível decisão favorável à Requerente (folhas 201/204). A autoridade Requerida - JUIZ PRESIDENTE DO SEGUNDO GRUPO DE TURMAS DO PRIMEIRO REGIONAL - prestou as informações de folhas 116 a 118, salientando que a distribuição do mandado de segurança ocorreu com observação do disposto no artigo 31 do Regimento Interno da Corte. Salientou S.Ex.ª que nada podia adiantar quanto aos motivos de indeferimento in limine do mandado de segurança.

2. No caso dos autos, a matéria pertinente à redistribuição do mandado de segurança restou devidamente elucidada pelo JUIZ PRESIDENTE DO SEGUNDO GRUPO DE TURMAS DO PRIMEIRO REGIONAL. Os vários mandados de segurança que estavam conclusos ao JUIZ MELLO PORTO foram redistribuídos, não tendo havido coincidência quanto aos novos relatores. Apenas dois deles foram distribuídos ao JUIZ CARLOS AUGUSTO TENÓRIO D'ALBUQUERQUE - item 4 das informações de folhas 116 a 118. Sob tal ângulo procede o inconformismo da Requerente. Prova alguma foi feita a respeito de possível redistribuição irregular, valendo notar que o fato de o relator originário ser togado não implica em afirmar que o processo somente possa ser redistribuído a outro juiz togado. Por outro lado, a LOMAN não obstaculiza a redistribuição de processo, mormente quando se trata de demanda de rito cêlere, como é o caso do mandado de segurança. Este não deve ficar paralisado aguardando-se o retorno do Juiz relator que tenha entrado em gozo de licença especial. A interpretação de um dispositivo legal não pode conduzir a verdadeiro paradoxo e isto estaria revelado pela paralisação do processo, meses a fio, até a volta do Juiz licenciado.

Resta o exame dos atos praticados pelo novo relator. Pelos elementos contidos nos autos, verifica-se que distribuído o mandado de segurança, despachou o Juiz relator concedendo a liminar, solicitando as informações de praxe e determinando fosse citado o litisconsorte. Determinou-se, ainda, a remessa dos autos à Procuradoria (folha 28). Constata-se, portanto, a mais não poder, que o mandado de segurança restou processado. Interposto agravo regimental pelo litisconsorte SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, despachou o relator de origem consignando a data do recebimento e determinando fosse procedida a juntada, bem como a conclusão (folha 35). A seguir, despachou submetendo o processo, e ponderação em torno da conveniência de ocorrer redistribuição, ao JUIZ PRESIDENTE DO SEGUNDO GRUPO DE TURMAS (folhas 46). Ora, a ponderação em torno da conveniência de ser redistribuído o processo ganha contornos, desde logo, de manutenção da liminar. Assim, procedida a redistribuição (folha 47), não era dado ao novo Juiz relator reconsiderar despacho que sequer havia proferido. O Juiz de retratação é pessoal, não podendo ser exercido por pessoa diversa daquela que praticou o ato. Caso contrário, surge verdadeira cassação de ato e, o que é pior, por Juiz de idêntica hierarquia funcional. Mas o novo relator desconheceu não apenas esse aspecto. Subverteu ainda mais a ordem processual ao desprezar a liminar concedida, ou seja, ao colocar em plano secundário o próprio processamento do mandado de segurança e, diante de um agravo regimental que visava submeter ao órgão competente a apreciação do remédio heróico, o despacho pelo qual foi cassada a liminar, indeferiu o próprio mandado de segurança. A subversão da boa ordem processual mostra-se manifesta.

3. Julgo procedente a presente reclamação correicional para, no caso, cassando os atos praticados e que implicaram a referida subversão da boa ordem processual, determinar que o mandado de segurança MS-160/89 tenha processamento regular, apreciando o Grupo de Turmas o agravo regimental interposto pelo SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS, MECÂNICAS E DE MATERIAL ELÉTRICO NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO - SINDIMENTAL.

4. Publique-se.  
Brasília, 01 de abril de 1990.

MINISTRO MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO  
Corregedor-Geral

#### RECLAMAÇÃO CORREICIONAL

TST-RC-112/90:4

Requerentes: BANCO MERCANTIL DE SÃO PAULO S/A e FINASA-CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S/A

Advogado : Dr. Jorge Alberto Tavares Thomé

Requerido : SEGUNDO GRUPO DE TURMAS DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA PRIMEIRA REGIÃO

D E S P A C H O

1. Junte-se.
2. Certifique o Gabinete, no processo, a data da publicação da decisão impugnada, bem como a data em que remetidas as comunicações de folhas 93/95 (ARs).
3. Adote-se o procedimento, no tocante a idênticos atos, nos diversos processos que tramitam na Corregedoria.
4. Após, voltem-me os autos.
5. Publique-se.  
Brasília, 08 de abril de 1990.

MINISTRO MARCO AURÉLIO MENDES DE FARIAS MELLO  
Corregedor-Geral

## Superior Tribunal Militar

### Presidência

ATOS DE 17 DE ABRIL DE 1990

O ALMIRANTE-DE-ESQUADRA RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXI, do Regimento Interno, e tendo em vista a indicação contida no Ofício nº 090, de 06 Abr 90, resolve

Nº 8.916- DESIGNAR o Auxiliar Judiciário, Classe Especial, referência NI.35, JOSÉ FRANCISCO DA SILVA, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar, para exercer, em vaga decorrente da aposentadoria de Octacílio Barbosa de Azevedo, o encargo de Supervisor III, da Seção de Administração da Auditoria de Correição, previsto no Ato nº 7.990, de 10/12/87. Em consequência, fica DISPENSADO do encargo de Operador de Terminal que exerce no aludido Juízo.

Nº 8.917- DESIGNAR a Auxiliar Judiciária, Classe Especial, referência NI.33, do Quadro Permanente das Auditorias da Justiça Militar, MARIA VERA LÚCIA MENDES DE ARAÚJO, para exercer, em vaga decorrente da dispensa de José Francisco da Silva, o encargo de Operador de Terminal da Auditoria de Correição, previsto no Ato nº 7.990/87.

O ALMIRANTE-DE-ESQUADRA RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO, MINISTRO-PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR,

USANDO das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 11, inciso XXXI, do Regimento Interno, e tendo em vista a solicitação contida no Ofício nº 006/GAB-ACN, de 09 Abr 90, resolve

Nº 8.918- DESIGNAR a Auxiliar Judiciária, Classe Especial, referência NI.35, do Quadro Permanente da Secretaria deste Tribunal, ELISETTE TEIXEIRA GONÇALVES, para exercer o encargo de Auxiliar de Gabinete de Ministro III, previsto no Ato nº 7.990/87, junto ao Gabinete do Ministro Dr. Antonio Carlos de Nogueira.

ALTE ESQ RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO

### Secretaria do Tribunal Pleno

#### ATA DA 18a. AUDIÊNCIA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS

Aos dezessete dias do mês de abril de hum mil novecentos e noventa, às dezoito horas e trinta minutos, em audiência pública, realizada no Gabinete da Presidência, na presença de CARLOS ISRAEL SILVA, Diretor da Diretoria Judiciária, de ANTONIO ALVES CRISPIM, Supervisor da Seção de Processo Judiciário, de ERNESTO GUSTAVO SCHILD, Secretário-Geral da Presidência do STM, por S Exa o Alte Esq RAPHAEL DE AZEVEDO BRANCO, Ministro-Presidente do Superior Tribunal Militar, foram distribuídos, por sorteio, os seguintes processos:

#### HABEAS-CORPUS

32.633-2-RJ - Paciente: GILSON VALLIN DE ALMEIDA, Cb. Mar., preso cumprindo pena imposta pelo Conselho Permanente de Justiça da 1a. Auditoria de Marinha da 1a. CJM, alegando estar sofrendo constrangimento ilegal por parte do mencionado Conselho, por ser primário e possuidor de bons antecedentes, pede a concessão da ordem para que lhe seja concedido o direito de apelar em liberdade. Impetrante: Dra Adelcy Maria Rocha Simões Corrêa. RELATOR: Min Dr. Aldo da Silva Fagundes.

32.634-0-RS - Paciente: MARCELO SANTAREM DOS SANTOS, Sd. Ex., preso, à disposição do Conselho de Justiça do 18º Batalhão de Infantaria Motorizado, alegando ter sido ferido o princípio da ampla defesa, pede a concessão da ordem para que seja anulada a Ação Penal, sem renovação, e a sua imediata soltura. Impetrante: Dra. Benedita Marina da Silva. RELATOR: Min Gen Ex Wilberto Luiz Lima.

#### REDISTRIBUIÇÃO

A seguir foi redistribuído a novo Revisor, mediante oportuna compensação, de acordo com o Art. 31 do R.I. do STM, o seguinte processo:

#### APELAÇÃO

45.878-6-RJ - Apelantes: O MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR junto à 2a. Auditoria de Marinha da 1a. CJM; FRANCISCO ABRAHÃO ALVES, civil e JAIR FERREIRA DOS SANTOS, Sub. Ten. R/R Ex., condenados a 01 ano e 08 meses de reclusão, incurso no art. 254, c/c o art. 30, inciso II, parágrafo único; JOSÉ GEIVALDO LOPES DA SILVA, MN, condenado a 01 ano de prisão, incurso no art. 240, § 6º, inciso IV, c/c o art. 30, inciso II, parágrafo único; e JORGE ROGÉRIO DA CUNHA, Cb. Mar., condenado a 02 anos e 02 meses de reclusão, incurso no artigo 240, c/c o art. 30, inciso II, parágrafo único, tudo do CPM, os três primeiros com o benefício do "sursis" pelo prazo de 02 anos. Apelada: A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da 2a. Auditoria de Marinha da 1a. CJM, de 25 de julho de 1989, na parte em que absolveu os Cbs. Mar. JOÃO DE SOUZA BATISTA, AMAURI JOSÉ DE OLIVEIRA, HUGO SANTOS CARVALHO e JOELSON FERREIRA TERRA, do crime previsto no art. 240, §§ 4º, 5º e 6º, inciso IV, c/c os arts. 30, inciso II,



parágrafo único e 53, tudo do CPM. ADVS: Drs. Alfredo Antonio Guarischi e Palma e outros. REVISOR: Min Dr Antonio Carlos de Seixas Tellez, mediante oportuna compensação.

Às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, foi encerrada a distribuição.

SUELY MATTOS DE ALENCAR  
Secretária do Tribunal

### Pauta de Julgamentos

#### PAUTA Nº 043 - PROCESSOS POSTOS EM MESA:

- RECURSO CRIMINAL Nº 5.919-8 - Relator Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Advª Drª Eleonora Salles de Campos Borges.  
- APELAÇÃO Nº 45.934-2 - Relator Ministro Roberto Andersen Cavalcanti. Revisor Ministro Antônio Carlos de Seixas Tellez. Adv Dr. Ailton Fernandes Rodrigues.  
- APELAÇÃO Nº 45.922-7 - Relator Ministro Antonio Carlos de Nogueira. Revisor Ministro Jorge Frederico Machado de Sant'Anna. Adv Dr Edgar Leite dos Santos.

## Ministério Público da União

### Ministério Público do Trabalho

### Procuradoria Geral da Justiça do Trabalho

#### SORTEIO Nº 08/90

3ª. TURMA

LOTE Nº 01 COM 15 PROCESSOS

À SUBPROCURADORA-GERAL DRA.: LÚCIA BARROSO DE BRITTO FREIRE

#### RECURSO DE REVISTA

TST/RR/6093/89.5 - Marilda Lombardi Moncano Mauad e Banco Itau S/A XXX Os Mesmos  
6099/89.9 - FEPASA - Ferrovia Paulista S/A XXX Antonio Viana Trindade  
6118/89.1 - Banco do Brasil S/A XXX José Oidene Barborato (4 vol.)  
6125/89.3 - Vale do Rio Doce Navegação S/A-DOCENAVE XXX Osmar João Alves Nogueira e Outras  
6133/89.1 - Prefeitura Municipal de Joinville XXX Jacinto Januario de Borba  
6146/89.6 - Banco Auxiliar S/A XXX Rosely do Amaral Teixeira Conti  
6158/89.4 - Comind Participações S/A XXX Sebastião Luiz da Silva Filho  
6170/89.2 - The First National Bank Of Boston XXX dolores Farsetti  
6183/89.7 - Paulo Barros Pires XXX nacional Companhia de Crédito Imobiliário  
6196/89.2 - Izaias Balderramas Filho XXX Banco do Comércio e Indústria de São Paulo S/A  
6209/89.1 - Fin-Hab Crédito Imobiliário S/A XXX Elisabetha Voge Santos (2 vol.)  
6221/89.9 - Banco Meridional do Brasil S/A e Miriam Noronha Apquolini XXX Os Mesmos (2 vol.)

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO

TST/AI/8975/89.1 - Cia. Aços Especiais Itabira-ACESITA XXX Gilberto Frade Marinho  
8992/89.6 - Terezinha Angelica Rodrigues de Paula XXX Banco de Credito Real de Minas Gerais S/A  
9006/89.7 - Manoel Guilherme dos Santos XXX Rede Ferroviária Federal S/A

LOTE Nº 02 COM 15 PROCESSOS

À SUBPROCURADORA-GERAL DRA.: FLÁVIA FALCÃO ALVIM DE OLIVEIRA

#### RECURSO DE REVISTA

TST/RR/6021/89.8 - Equipamentos Villares S/A XXX José de Almeida  
6022/89.6 - Hospital Nossa Senhora do Carmo S/A XXX Roberto Bis-tulfi  
6033/89.6 - Volkswagen do Brasil S/A e Sind. dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Bernardo do Campo e Diadema XXX Os Mesmos  
6047/89.9 - Edmilson Gonzaga de Souza XXX Condeplas Ind. e Com. de Condutores Elétricos de Plásticos Ltda  
6053/89.2 - Banco Bradesco S/A XXX Alba Lucia do Nascimento  
6057/89.2 - Banco Real S/A e Elyese Pacheco Silos XXX Os mesmos (4 vol.)  
6060/89.4 - Empresa Brasileira de Engenharia S/A XXX Francisco Garibaldi Moraes  
6064/89.3 - Cia. Estadual de Energia Elétrica XXX Vanir da Silva  
6066/89.8 - Marcos Catafesta da Silva XXX FINASA - Credito, Financiamento e Investimento S/A (2 vol.)

6071/89.4 - UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A XXX Sind. dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Pelotas (2 vol.)  
6084/89.9 - Sind. do Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Sorocaba XXX Hollingsworth Maquinas Textéis Ltda  
6087/89.1 - Eduardo Francisco dos Santos XXX Rede Ferroviária Federal S/A

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO

TST/AI/8947/89.6 - Banco do Estado de São Paulo S/A XXX Sind. dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Ribeirão Preto  
8955/89.5 - Banco Mercantil de São Paulo S/A XXX Antonio Ferraz de Campos  
8960/89.1 - Nery Aguiar Porthia XXX Caixa Econômica do Estado de São Paulo S/A

LOTE Nº 03 COM 20 PROCESSOS

AO PROCURADOR DR.: PRETEXTATO F.T.R. NETTO

#### RECURSO DE REVISTA

TST/RR/2740/87.0 - Manoel Dedoro da Fonseca e Outros XXX Cia. Estadual de Energia Elétrica (3 vol.)  
5968/89.1 - Fazenda Pública do Estado de São Paulo XXX Arg Os-waldo Mattos Filho (2 vol.)  
5970/89.6 - Banco do Brasil S/A XXX Orides Romires da Rocha (5 vol.)  
5977/89.7 - Cia. Intermunicipal de Estradas Alimentadoras-CINTEA XXX Ariosto João Berthier  
5983/89.1 - Kitchens - Cozinhas e Decorações Ltda XXX irineu Balbino dos Santos  
5989/89.5 - Banco Real e Outro XXX Sandu Quinsler  
5993/89.4 - Calçados Orquídea Ltda XXX Lisane Schmidt  
5995/89.9 - Petróleo Brasileiro S/A-PETROBRAS XXX Jair Antonio Barbosa Neto e Outros  
6000/89.5 - BANORTE - Banco Nacional do Norte S/A XXX João Antonio Mota e Albuquerque  
6006/89.9 - Banco Bradesco S/A XXX Jackson Amestoy Flores  
6008/89.3 - Estado do Rio Grande do Sul - Fund. Riograndense Universitária de Gastroenterologia  
6019/89.4 - Erinaldo Barbosa do Nascimento XXX Cia. de Saneamento Basico do Estado de São Paulo-SABESP  
6236/89.8 - Banco do Brasil S/A XXX Oswaldo Rodrigues Scacabarozzi (4 vol.)  
6243/89.0 - Policlínica Central Ltda XXX Ruy Barbosa Wedy  
6256/89.5 - Centro Médico Industrial do Nordeste Ltda XXX Edile-ne Sa Leitão Leite e Outro (2 vol.)

#### AGRAVO DE INSTRUMENTO

TST/AI/8931/89.9 - Estado do Ceará XXX Maria Ivanilde Gonçalves do Nascimento  
8935/89.9 - Prefeitura Municipal de Fortaleza XXX Edila Maria Cassiano dos Santos  
8943/89.7 - Banco Bradesco S/A XXX Pedro Sérgio Molina Ferraz  
9018/89.5 - Pascoalino Marques XXX Banco Real S/A  
9022/89.4 - Departamento de Estradas de Rodagens do Estado de São Paulo XXX Oswaldo Lopes Correa

#### SEÇÃO DE DISSÍDIOS INDIVIDUAIS

LOTE Nº 01 COM 10 PROCESSOS

À SUBPROCURADORA-GERAL DRA.: ELIANA TRAVERSO CALEGARI

#### AÇÃO DE CUMPRIMENTO

TST/AC/0024/89.3 - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Sorocaba e Região XXX Banco do Brasil S/A

#### MEDIDA CAUTELAR

TST/MC/0027/89.6 - Sindicato do Comércio Varejista de Gêneros Alimentícios do Recife XXX Sindicato dos Empregados no Comércio do Recife

MC/0041/89.8 - SINEMAC - Sind. Nacional das Empresas de Engenharia Consultiva e Outras XXX Sind. dos Engenheiros no Estado de São Paulo e Outros

#### RECLAMAÇÃO TRABALHISTA

TST/RT/0008/89.6 - Sind. dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Pato Branco-PR XXX Banco do Brasil S/A

#### RECURSO ORDINÁRIO

TST/RQ-MS/1017/89.2 - UNIBANCO - União de Bancos Brasileiros S/A XXX Alvaro Correia Filho  
RO-MS/1021/89.1 - PLAMBEL - Planejamento da Região Metropolitana de Belo Horizonte XXX Irlene Maria Rodrigues  
RO-MS/1026/89.8 - Santa Clara Fonseca Vieira XXX Estado do Rio Grande do Sul  
RO-MS/0578/90.8 - João Batista Nascimento Filho XXX Demades Xavier Barreto de Araujo (CJ/TST/RO-IV/0437/90.0)  
RO-AG/0363/90.3 - Banco Bamerindus do Brasil S/A XXX Juiz Presidente da JCJ de Campo Grande-MS

LOTE Nº 02 COM 10 PROCESSOS

AO SUBPROCURADOR-GERAL DR.: JONHSON MEIRA SANTOS

#### AÇÃO CAUTELAR

TST/AC/0031/89.5 - Sind. dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Ponta Porã XXX Banco do Brasil S/A

#### MEDIDA CAUTELAR

TST/MC/0043/89.3 - Eletrificação da Paraíba S/A-SELPA XXX Sind. dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas da Paraíba  
MC/1125/90.7 - Município de Igarassu XXX Sind. dos Professores no Estado de Pernambuco



**RECURSO ORDINÁRIO**

- TST/RO-MS/1072/89.4 - Banco do Brasil S/A XXX Sind. dos Empregados em Estabelecimentos de Teresopolis
- RO-MS/0417/90.7 - Pedro Antonio de Araujo XXX Engetec Serviços de Mão-de-obra S/C Ltda
- RO-MS/0420/90.9 - Banco da Amazônia S/A XXX Paulo Bezerra de Brito Pereira
- RO-MS/0425/90.5 - Elson Oliveira da Silva XXX Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (2 vol.)
- RO-HC/0047/88.7 - José Roberto Reis de Carvalho XXX Exmo. Sr. Juiz Presidente da 8a. JCI de Belo Horizonte
- RO-AD/0438/90.9 - Sind. de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Porto Alegre XXX Sind. das Empresas de Refeições Coletivas do Estado do Rio Grande do Sul
- RO-AG/0434/90.6 - Sind. dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Betim XXX Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais e Outros

**SEÇÃO DE DISSÍDIOS COLETIVOS**

LOTE N° 01 COM 05 PROCESSOS

AO SUBPROCURADOR-GERAL DR.: OTHONGALDI ROCHA**DISSÍDIO COLETIVO**

- TST/DC/2301/90.4 - Sind. dos Servidores Públicos Federais do Distrito Federal e Outros XXX Cia. Brasileira de Alimentos-COBAL (2 vol.)

**EMBARGOS**

- TST/E-ED-DC/0005/88.1 - Vale do Rio Doce Navegação S/A-DOCENAVE XXX Sind. Nacional dos Oficiais de Máquinas da Marinha Mercante e Outros (2 vol.)

**RECURSO ORDINÁRIO**

- TST/RO-DC/0875/89.0 - Cia. de Habitação do Ceará - COHAB/CE XXX Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do Ceará e Piauí
- RO-DC/0883/89.9 - Irmãos Bornia - Indústria de Máquinas Ltda XXX Sind. dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Sorocaba
- RO-DC/0891/89.7 - Cia. de Abastecimento D'Água e Saneamento do Estado de Alagoas - CASAL XXX Sind. dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas do Estado de Alagoas

LOTE N° 02 COM 10 PROCESSOS

AO PROCURADOR DR.: OTÁVIO BRITO LOPES**RECURSO ORDINÁRIO**

- TST/RO-DC/0912/89.4 - Cia. do Metropolitano de São Paulo-METRÔ e Sindicato dos Bancos nos Estados de São Paulo, PR, MT e MS XXX Federação dos Empregados Desenhistas Técnicos, Artísticos Industriais, Copistas, Projetistas Técnicos e Auxiliares do Estado de São Paulo e Outros (4 vol.)
- RO-DC/0918/89.8 - VARIG - Viação Aérea Riograndense e Outros; Sind. dos Bancos no Estado do Rio Grande do Sul; Federação do Comércio Varejista no Estado do Rio Grande do Sul e Outros; Cia. Riograndense de Saneamento - CORSAN e Cruzeiro do Sul S/A - Serviços Aéreos e Outros XXX Sind. dos Engenheiros no Estado do Rio Grande do Sul e Federação das Indústrias no Estado do Rio Grande do Sul e Outros (4 vol.)
- RO-DC/1010/89.1 - Sind. dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Quaraí XXX Sind. das Indústrias da Construção Civil no Estado RS e Outro
- RO-DC/1051/89.1 - Sind. dos Trabalhadores na Indústria de Artefatos de Borracha de São Paulo, São Caetano do Sul e Santo André XXX Sabo Ind. e Com. Ltda e Outro
- RO-DC/1084/89.2 - Matarazzo S/A - Produtos Termoplásticos XXX Sind. dos Trabalhadores nas Indústrias de Material Plástico e nas Indústrias da Produção de Laminados Plásticos de São Paulo e Caieiras
- RO-DC/1097/89.7 - Sind. dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos de São Paulo XXX Sind. das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado de São Paulo
- RO-DC/1104/89.2 - Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul e Outros XXX Sind. dos Odontólogos no Estado do Rio Grande do Sul e Outros
- RO-DC/1143/89.7 - Fundação Osório XXX Sind. dos Auxiliares de Administração Escolar dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo
- RO-DC/1146/89.9 - Sind. das Indústrias da Construção Civil do Recife - SINDUSCON XXX Sind. dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil do Recife
- RO-DC/0439/90.6 - Sind. dos Empregados de Agentes Autônomos do Comércio e em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Empresas de Serviços Contábeis no Estado de São Paulo e Terrafoto S/A Atividades de Aerolevantamentos XXX Os Mesmos

Brasília, 28 de março de 1990

HEGLER JOSÉ HORTA BARBOSA  
Procurador-Geral da Justiça do Trabalho**Procuradoria Regional do Trabalho****2ª Região**

Relação processual - relação dos processos remetidos ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região com pareceres

<b>RECURSO ORDINÁRIO</b>	Guia de Remessa nº 070/90	processos
Proc:- 02880028412	Parecer 578/89	
Recorrente	Nivaldo Testa	
Advogado	Paulo de Tarso A Bastos	
Recorrido	Telecomunicações de São Paulo S/A TELESP	
Advogado	Jose Maria Caiafa Jr	
Proc:- 02880086773	Parecer 474/89	
Recorrente	ASEA Eletrica Ltda	
Advogado	Helio Cassiano Dias	
Recorrido	Francisco Arica	
Advogado	Frederico G Padilha Vieira Lins	
Proc:- 02880091696	Parecer 632/89	
Recorrente	Chamassol Administradora Construtora Ltda	
Advogado	Saad Agis Habeite	
Recorrido	Valdivio Santos Mendes	
Advogado	Wilson de Oliveira	
Proc:- 02880114785	Parecer 576/89	
Recorrente	Condominio Portal do Morumbi	
Advogado	Ana Cristina Pires Villaca	
Recorrido	Eneas Patricio da Silva	
Advogado	Wilson Seixas	
Proc:- 02880120084	Parecer 664/89	
Recorrente	Jose Fernandes Transportes	
Advogado	Valter Tavares	
Recorrido	Cesar Eduardo de Oliveira	
Advogado	Antonio Moreno Jr	
Proc:- 02880159533	Parecer 27/90	
Recorrente	JCI e Depto de Aguas e Energia Eletrica	
Advogado	Cleide Helena F da Silva	
Recorrido	Sebastiao da Silva Pinto	
Advogado	Ovidio Paulo R Collesi	
Proc:- 02890177933	Parecer 175/90	
Recorrente	Izaias Ribeiro Netto	
Advogado	Renato Rua da Almeida	
Recorrido	Banco Noroeste S/A	
Advogado	Maristela F Maranhao	
Proc:- 02890177941	Parecer 176/90	
Recorrente	Maria Terezinha Neiva Rodrigues	
Advogado	Antonio M F da Costa	
Recorrido	Estamparia Caravellas S/A	
Advogado	Francisco Alberto M P Giordani	
Proc:- 02890177950	Parecer 177/90	
Recorrente	Sete Serviço Temp Mao Obra Espec Ltda	
Advogado	Darcy Lopes de Souza	
Recorrido	Nilo da Silva	
Advogado	Jose Carlos de M Bomfim	
Proc:- 02890177968	Parecer 178/90	
Recorrente	Lanchonete Ponto Chic das Perdizes Ltda	
Advogado	Djalma Romagnani	
Recorrido	Antonio Ferreira da Silva	
Advogado	Sergio Carlos do Carmo Marques	
Proc:- 02890178026	Parecer 183/90	
Recorrente	Franc Egidio Bortoletto	
Advogado	Mauricio L de Carvalho	
Recorrido	MGM Mecanica Geral e Maquinas Ltda	
Advogado	Mario Gagliardi	
Proc:- 02890178069	Parecer 187/90	
Recorrente	Iriolene de Souza	
Advogado	Valdemar Augusto Jr	
Recorrido	Irmadade Santa, Casa Misericordia Santos	
Advogado	Joao Bento de Oliveira	
Proc:- 02890178077	Parecer 188/90	
Recorrente	CIA de Transportes Integrados Lloydbrati	
Advogado	Benjamin Goldenberg	
Recorrido	Elisana Gomes Martins	
Advogado	Roseli Gomes Martins	
Proc:- 02890178085	Parecer 189/90	
Recorrente	Ford Brasil S/A	
Advogado	Fernando Barreto de Souza	
Recorrido	Aderval Mazucato	
Advogado	Margarete Beraldo Tossato	
Proc:- 02890178093	Parecer 190/90	
Recorrente	Industrias Arteb S/A	
Advogado	Ana Luisa do Amaral Pereira	
Recorrido	Josue Afonso Luciano	
Advogado	Pedro dos Santos Filho	

A Imprensa Nacional dispõe dos seguintes volumes-índices da RTJ - STF. Volumes 01 a 31, 42 a 56, 57 a 72 e 73 a 82.  
Consulte-nos: Seção de Divulgação (061) 226-2586 e 321-5566 rs. 305 e 309.